

Ferramenta de Perspectiva Intergeracional

A **perspectiva intergeracional** é uma abordagem analítica utilizada para avaliar os impactos de longo prazo de políticas atuais tanto sobre gerações futuras, ou seja, aquelas que ainda não nasceram ou que são jovens demais para influenciar diretamente as políticas públicas, quanto sobre o tratamento equitativo das gerações que vivem hoje, incluindo jovens, adultos em idade ativa e populações mais velhas. Essa abordagem incentiva tomadores de decisão a considerarem de que forma os resultados dos processos legislativos e políticos atuais moldarão as perspectivas de vida, os direitos e o bem-estar das pessoas que herdarão e conviverão com as consequências da governança atual, quer sejam jovens em transição para a vida adulta ou gerações vindouras. A perspectiva intergeracional reflete um compromisso ético com a gestão responsável da sociedade e do planeta, de modo que todas as gerações, atuais e futuras, possam prosperar em condições mais justas, sustentáveis e igualitárias do que as que existem atualmente.

Embora mais frequentemente associada à sustentabilidade ambiental e às políticas climáticas, a perspectiva intergeracional é amplamente relevante em todo o trabalho legislativo. Ela também pode ser aplicada à economia, aos investimentos em infraestrutura, à governança digital e às políticas sociais, servindo como uma lente para avaliar se políticas públicas são resilientes, orientadas para o futuro e estruturadas para gerar benefícios duradouros. Na prática, isso requer o uso de ferramentas que permitam avaliar os impactos de longo prazo das decisões, bem como engajamento contínuo e significativo com a juventude atual, garantindo sua participação em decisões que moldarão seu futuro.

Por que o trabalho parlamentar deve ser intergeracional?

Aplicar uma perspectiva intergeracional no trabalho parlamentar é tanto uma responsabilidade democrática quanto uma necessidade prática, uma vez que as leis e a alocação de recursos moldam o tecido social de forma mais profunda do que mandatos parlamentares específicos. Ao incorporar essa perspectiva nos processos parlamentares, seja por meio de avaliações de impacto, mecanismos de previsão estratégica ou comissões de fiscalização, os parlamentos são capazes de:

- ✓ evitar uma visão imediatista das políticas públicas, reduzindo o risco de danos de longo prazo;
- ✓ promover a coerência de políticas entre diferentes setores e gerações;
- ✓ fortalecer a legitimidade democrática e a confiança pública, prestando contas perante a cidadania atual e futura; e
- ✓ aumentar a resiliência das estruturas de governança, garantindo que os sistemas sejam adaptáveis a desafios emergentes.



Conseqüentemente, a adoção de uma perspectiva intergeracional capacita os parlamentos a cumprirem seu papel de agentes legislativos responsáveis pelo interesse público tanto das gerações atuais quanto das futuras, garantindo que os avanços de hoje não comprometam o progresso de amanhã. Isso é especialmente relevante em um mundo cada vez mais complexo, no qual questões como a mudança climática, a disrupção digital, as transformações democráticas e o aumento das desigualdades exercem uma pressão crescente sobre os governos para equilibrarem as diversas necessidades das gerações que coexistem (jovens, adultos em idade ativa e populações mais velhas) ao mesmo tempo em que zelam pelas perspectivas das gerações futuras.

Abordagens intergeracionais estão intimamente ligadas à **governança antecipatória**, pois ambas visam assegurar que o processo de tomada de decisão leve em conta conseqüências de longo prazo e preparação para desafios futuros:



- ✓ Uma abordagem intergeracional enfatiza a justiça e a responsabilidade ao longo do tempo, assegurando que as decisões tomadas no presente não comprometam os direitos, recursos ou bem-estar das gerações mais jovens e das que ainda estão por vir.
- ✓ A governança antecipatória oferece aos parlamentos ferramentas e processos para explorarem e responderem, de forma sistemática, a tendências e incertezas emergentes. Isso permite que legisladoras e legisladores formulem respostas políticas de forma proativa, em vez de apenas reagirem a crises após seu surgimento.

Juntas, essas abordagens promovem um processo legislativo mais resiliente e orientado para o futuro, visto que as abordagens intergeracionais fornecem um alicerce ético, enquanto a governança antecipatória proporciona os mecanismos práticos para concretizar essa visão na tomada de decisão, na fiscalização e no desenho institucional. Para mais informações, consulte a ferramenta do ParlAmericas [Perspectivas de Futuro no Trabalho Parlamentar](#).

Estratégias de aplicação da abordagem intergeracional no trabalho legislativo

1. Facilitar um engajamento contínuo e significativo com a juventude ao longo de todo o processo legislativo

Um engajamento contínuo e significativo com a juventude vai além de consultas pontuais; trata-se de promover **diálogo e participação de longo prazo**, por meio de mecanismos como programação parlamentar voltada para a juventude, inclusão permanente da juventude em audiências de comissões e iniciativas de cocriação legislativa. Esse tipo de engajamento constrói confiança cívica, fortalece a

legitimidade democrática e assegura que a legislação reflita as prioridades das gerações mais jovens e das que ainda estão por vir. Além disso, a **inclusão de jovens de diferentes contextos** nos processos decisórios é essencial para garantir que as políticas adotem uma [perspectiva interseccional](#), refletindo as diversas realidades e necessidades de todas e todos os jovens. Consultar jovens de diferentes gêneros, localizações geográficas, condições socioeconômicas, habilidades e identidades culturais ajuda os parlamentos a combaterem desigualdades sistêmicas e a promoverem resultados mais inclusivos e eficazes.



Exemplo:

Parlamentos jovens, conselhos de juventude e programas similares desenvolvidos por parlamentos das Américas e do Caribe oferecem uma plataforma para que a juventude debata e compartilhe seus pontos de vista sobre questões nacionais, bem como apresente recomendações diretamente às e aos tomadores de decisão. Exemplos dessas iniciativas de engajamento juvenil no parlamento estão disponíveis na publicação [Promoção de Inclusão e Igualdade por meio de Programas Parlamentares Voltados para a Juventude](#) do ParlAmericas.

2. Avaliar questões específicas sob uma perspectiva intergeracional

Os parlamentos podem **avaliar de que forma a legislação afeta diversas gerações ao longo do tempo**, especialmente em áreas com consequências de longo prazo, tais como políticas climáticas, finanças públicas, políticas de cuidado e medidas de proteção social. Além disso, podem destacar explicitamente a importância da equidade intergeracional no âmbito da legislação. Capacitar parlamentares e suas equipes em análise intergeracional e em marcos de sustentabilidade pode facilitar essa mudança.



Exemplos:

[Marco de Mudança Climática do Chile \(Lei 21.455\)](#): introduz ações específicas voltadas à promoção da equidade intergeracional, incluindo diferentes mecanismos que exigem a adaptação e revisão contínuas de políticas públicas à luz de novas evidências; a transversalização de considerações climáticas no planejamento público e nas estratégias financeiras, garantindo que as decisões estejam alinhadas com as necessidades projetadas para as gerações futuras; e a criação de um Conselho para a Ação Climática, que integra vozes da juventude e incorpora o planejamento de longo prazo na revisão legislativa.

[Estratégia de Desenvolvimento Nacional “Visão 2030” de Trinidad e Tobago](#): estabelece uma visão de longo prazo para a construção de uma sociedade mais resiliente, inclusiva e sustentável até o ano de 2030, com foco em pilares-chave como educação de qualidade, resiliência climática e equidade econômica. O Parlamento de Trinidad e Tobago convocou um Comitê Conjunto de Seleção sobre a Visão 2030 para revisar e analisar a minuta da política em questão, bem como considerar e debater recomendações propostas antes de sua aprovação.

[Pacto entre Gerações para a Reforma da Seguridade Social do Uruguai](#): promulgado por meio de legislação em 2023, o pacto visa promover uma reforma abrangente do sistema previdenciário, tendo como base mudanças demográficas de longo prazo. A reforma adota uma abordagem intergeracional ao alinhar as contribuições e a idade de aposentadoria com mudanças demográficas, buscando garantir a sustentabilidade fiscal e a equidade entre gerações atuais e futuras, ao mesmo tempo que considera os impactos sobre as pessoas que estão perto de se aposentar e estabelece uma transição gradual, ao longo de décadas, para a plena implementação das medidas propostas.

3. Tornar obrigatória a inclusão de considerações intergeracionais em políticas públicas e na legislação

Abordagens intergeracionais podem ser aplicadas a legislações específicas, ou sua **aplicação pode ser tornada obrigatória no processo de elaboração ou revisão de toda legislação**, a fim de assegurar a consideração sistemática dos interesses de longo prazo das gerações futuras antes da promulgação de leis. Os parlamentos podem exigir que os marcos legislativos das mais relevantes propostas de políticas públicas incluam uma análise de suas consequências intergeracionais ou, ainda, ou podem promover leis que institucionalizem essa prática em todos os setores. Entre as ferramentas disponíveis para essa finalidade estão:

- **Avaliações de impacto intergeracional (AII)**: Essas avaliações ajudam a identificar implicações de longo prazo de leis e políticas propostas para diferentes faixas etárias e gerações.
 - ↳ O [Marco para a Justiça Intergeracional](#) (Escola de Futuros Internacionais) inclui um kit de ferramentas completo e uma lista de verificação detalhada para a condução de avaliações intergeracionais robustas.
- **Previsão e planejamento por cenários**: Essas abordagens ajudam a identificar riscos futuros, tendências emergentes e potenciais disrupções, oferecendo a legisladoras e legisladores a visão estratégica necessária para elaborar leis voltadas para o futuro.
 - ↳ O [Guia de Previsão Estratégica da ONU](#) (Laboratório de Futuros/ Hub Global da ONU) e a publicação [O Futuro é Nosso: Kit de Ferramentas de Previsão Estratégica - Tomando Decisões Melhores](#) (Escola de Futuros Internacionais e organização *Save the Children*) são dois recursos introdutórios que oferecem mais informações sobre metodologias de previsão estratégica.



O [Kit de Ferramentas para a Governança Antecipatória da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico \(OCDE\)](#) e a publicação [Uso de Futuros nos Parlamentos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento \(PNUD\)](#) – ambas disponíveis em inglês – são ferramentas que podem auxiliar parlamentares na avaliação e planejamento de riscos e tendências globais de longo prazo, com o objetivo de promover ações transformadoras. Esses materiais oferecem orientações práticas sobre como se preparar melhor para desafios futuros e construir instituições resilientes e preparadas para o amanhã.

4. Integrar abordagens intergeracionais ao trabalho de comissões

As comissões parlamentares podem incorporar, de forma sistemática, perspectivas intergeracionais em suas deliberações, garantindo que a legislação leve em conta impactos de longo prazo tanto para as gerações atuais quanto para as futuras. Além de utilizarem as ferramentas mencionadas anteriormente, as comissões também podem assegurar que suas práticas deliberativas incluam consultas a jovens e especialistas que possam fornecer subsídios ou testemunhos a respeito dos diversos impactos dos temas em deliberação sobre populações atuais e futuras.



Exemplo:

Os parlamentos do **Chile, Paraguai e Uruguai** adotaram **Comissões do Futuro** ou órgãos semelhantes com o objetivo de institucionalizar uma abordagem voltada para o futuro nos seus processos legislativos. Por meio de seu foco em considerações sobre o futuro, inovação e colaboração, esses comitês representam uma possível porta de entrada para a integração de uma abordagem intergeracional ao trabalho legislativo. Vale notar que algumas dessas comissões concentram-se, especificamente, em questões relacionadas aos direitos das gerações futuras. Para saber mais sobre esse trabalho, consulte a página 4 do documento do ParlAmericas sobre [Perspectivas Futuras no Trabalho Parlamentar](#).

5. Avaliar as alocações orçamentárias a partir de uma lente intergeracional

A aplicação de uma abordagem intergeracional nos processos de análise orçamentária auxilia legisladoras e legisladores a avaliarem e contribuírem para a sustentabilidade fiscal, de modo que as gerações futuras não sejam sobrecarregadas por dívidas ou sistemas subfinanciados. O acesso a projeções econômicas transparentes e de longo prazo, fornecidas por análises independentes ou por equipes e comissões parlamentares, também fortalece a função de fiscalização do parlamento.



Exemplo:

O [Escritório de Orçamento Parlamentar do Canadá \(PBO, na sigla em inglês\)](#) é um órgão independente vinculado ao parlamento, responsável por fornecer análises apartidárias e baseadas em evidências para apoiar a tomada de decisões informadas. O PBO avalia os impactos financeiros e econômicos de políticas governamentais, incluindo suas implicações de longo prazo para a sustentabilidade fiscal. Um aspecto central do seu trabalho é a publicação de relatórios sobre sustentabilidade fiscal de longo prazo, direcionados a parlamentares, que oferecem orientações sobre como os gastos públicos, as políticas tributárias e as tendências demográficas atuais afetarão as próximas gerações.



Lista de verificação para a aplicação de abordagens intergeracionais

A lista de verificação abaixo foi desenvolvida para apoiar as e os parlamentares e suas equipes na aplicação sistemática de uma perspectiva intergeracional em seu trabalho. Ela contém perguntas e considerações práticas para assegurar que as decisões tomadas hoje reflitam os direitos, as necessidades e o bem-estar tanto das gerações atuais quanto das futuras.

Na revisão legislativa:



Objetivo: *Garantir que as leis promovam bem-estar de longo prazo e não imponham ônus injustos às gerações futuras.*

- Quais são os impactos de longo prazo da legislação proposta?
- O projeto de lei considera os direitos e interesses de gerações futuras?
- A lei criará obrigações ou riscos que os governos e a cidadania do futuro terão dificuldade em administrar?
- Há cláusulas *sunset*,² mecanismos de revisão ou medidas de adaptabilidade embutidas para acomodar mudanças futuras?
- Foram consideradas evidências orientadas para o futuro (por exemplo, estudos prospectivos, cenários, projeções)?
- Durante a elaboração do projeto de lei, houve consultas a jovens ou especialistas com conhecimentos específicos a respeito do impacto da questão sobre diferentes gerações?

No exercício da função de fiscalização:



Objetivo: *Avaliar se políticas e programas governamentais estão alinhados com interesses de longo prazo, pensamento voltado para o futuro, e se há governança antecipatória nos processos parlamentares.*

- As avaliações de impacto realizadas (ambiental, social, econômico) consideram efeitos de longo prazo?
- Há indicadores claros para avaliar o progresso entre gerações (por exemplo, bem-estar, equidade ou saúde ambiental)?
- As instituições de auditoria ou órgãos de fiscalização consideram a equidade intergeracional em suas avaliações?
- Fontes quantitativas (por exemplo, estatísticas) poderiam ser complementadas por evidências qualitativas provenientes de grupos focais ou depoimentos orais?

Na análise orçamentária:



Objetivo: *Promover a sustentabilidade fiscal e garantir que os gastos atuais não comprometam a estabilidade econômica no futuro.*

- A proposta orçamentária contribui para a sustentabilidade financeira de longo prazo (por exemplo, dívida, aposentadorias, adaptação climática e tecnologia)?
- Os custos e benefícios intergeracionais dos investimentos públicos são avaliados de forma transparente?
- As gerações futuras enfrentarão cargas tributárias desproporcionais ou oferta reduzida de serviços públicos em função das decisões tomadas hoje?
- Estão sendo alocados recursos para construir resiliência de longo prazo (por exemplo, nas áreas de educação, emprego, infraestrutura e adaptação climática)?
- São necessários mais recursos para treinar as pessoas responsáveis pela implementação de políticas ou programas intergeracionais em consonância com os princípios dos direitos humanos, justiça e equidade?

No exercício da função de representação do eleitorado:



Objetivo: *Assegurar que uma pluralidade de vozes, sobretudo de jovens e comunidades marginalizadas, seja incluída na formulação de decisões de longo prazo.*

- Os pontos de vista de pessoas jovens e de partes interessadas comprometidas com o futuro foram incluídos nas consultas?
- Existem mecanismos que possibilitem a participação significativa de grupos sub-representados, a fim de que possam expressar suas preocupações a respeito de impactos de longo prazo?
- A comunicação pública sobre o tema reconhece sua relevância para gerações futuras ou os impactos diferenciados sobre membros de gerações mais velhas?
- Preocupações intergeracionais são refletidas no engajamento com o eleitorado e na divulgação de relatórios de atuação parlament

² Uma cláusula *sunset* (“cláusula do pôr-do-sol”) é uma disposição legal incluída em uma legislação ou regulamento que estabelece uma data pré-determinada para sua extinção (ou perda de vigência), a menos que o poder legislativo tome medidas para sua renovação ou prorrogação. Após o prazo determinado, a lei deixa de valer, a menos que expressamente reeditada.